
O virtual, a atualização e o tempo presente em Émile Benveniste: uma leitura sobre o signo “vazio”*

Marcelo Corrêa Giacominiⁱ

Resumo: Este trabalho objetiva retomar a relação entre a temporalidade da instância discursiva e a caracterização de não virtualidade do pronome pessoal, ou “signo vazio”, em Émile Benveniste. A hipótese principal é que o pronome pessoal, que apenas pode ser considerado enquanto atualização, não pressupõe a representação do tempo presente, proposto por Benveniste como forma originária e exclusiva da enunciação. A virtualidade do signo, prevista por Benveniste, torna-se um modo de explicar a permanência ou “eternidade” do tempo presente, diante da condição singular de cada enunciação, que se repete frente a toda nova apropriação da língua pelo locutor.

Palavras-chave: pronome pessoal; signo virtual; signo vazio; Émile Benveniste.

* DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2022.189298>.

ⁱ Professor adjunto do Departamento de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), *campus* GV, Juiz de Fora, MG, Brasil. E-mail: marcelocgiacomini@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0675-5135>.

Introdução

Os elementos conceituais que envolvem a chamada teoria da enunciação de Émile Benveniste apontam para uma pluralidade de referências, sejam internas aos próprios escritos do autor, sejam as que se referem às influências teóricas que circundavam a elaboração dessa teoria. De modo geral, os escritos aos quais poderíamos reunir a teoria da enunciação, em um espectro temático, estão relativamente distribuídos nos dois volumes de *Problemas de linguística geral*. Não teríamos, com isso, a possibilidade expressa para afirmar qual texto repercute, na obra de Benveniste, o escrito central ao qual outros textos “orbitariam”¹.

Apesar desses fatores e ainda que intensamente estudados, pretender-se-á, neste trabalho, lançar luz sobre o modo de pensar o pronome pessoal, articulado com sua adequação nas descrições do tempo presente, a partir de duas chaves teóricas presentes na linguística de Benveniste, quais sejam: os conceitos díspares entre atualização e a virtualidade do pronome pessoal.

O pronome pessoal, descrito por Benveniste em “A natureza dos pronomes” (2005 [1966]) (doravante NP), apenas é considerado como existente enquanto atualização, excluindo-se sua variação virtual. Para que isso seja possível, deve haver a exclusão de qualquer referencialidade do pronome à “realidade” objetiva. Ora, quando Benveniste (2006 [1974], p. 85) esclarece que os pronomes pessoais têm o estatuto de serem “indivíduos linguísticos” e que “são engendrados de novo cada vez que uma enunciação é proferida, e cada vez eles designam algo novo”, a repetição de tal acontecimento singular deve estar baseada, também, na exclusão da possibilidade de que a atualização do pronome seja idêntica a qualquer representação que possa evocar. Tal como ele é conceituado pelo linguista justamente em NP (BENVENISTE, 2005), quando também aborda o que seria um signo virtual.

Se essa exclusão da virtualidade do pronome permanecesse em sua radicalidade, ou seja, apenas enquanto atualização, seria possível pensar a utilização do pronome na enunciação como algo incognoscível² ou próprio de uma

¹ Embora não se possa, porém, metodologicamente, traçar um caminho estritamente cronológico para essas elaborações conceituais sobre a enunciação, o trabalho realizado por Fenoglio (2019), sobre os manuscritos e as anotações de Benveniste, merece atenção. Entre as apresentações dos manuscritos preparatórios para suas publicações, pode-se perceber a presença do tema do aparelho formal da enunciação em períodos anteriores em que foi publicado o texto que lhe dá publicidade. Por sua vez, “O aparelho formal da enunciação”, segundo Todorov (2014), foi escrito por Benveniste seguindo certa demanda, mas já vinha sendo “gestado” há algum tempo. Isso colocaria em xeque tanto uma noção reativa do artigo, quanto uma possível leitura de que ele representa um fechamento sintético de uma teoria mais ampla da enunciação.

² Como bem relata Fiorin (1996, p. 31): “O primeiro sentido de enunciação é o de ato produtor do enunciado. Benveniste diz que ‘a enunciação é essa colocação em funcionamento da língua por um ato individual de utilização’. Anscombe e Ducrot afirmam: ‘A enunciação será para nós a atividade languageira exercida por aquele que fala no momento em que fala’. E continuam: ‘Ela é, portanto, por essência histórica, da ordem do acontecimento e, como tal, não se reproduz nunca duas vezes idêntica a si mesma’. Ora, se a enunciação for

experiência intransmissível, como diz Benveniste, em “A linguagem e a experiência humana”:

Do tempo linguístico indicamos a sua emergência no seio da instância de discurso que o contém em potência e o atualiza. Mas o ato de fala é necessariamente individual; a instância específica de que resulta o presente é cada vez nova. Em consequência disso, a temporalidade linguística deveria se realizar no universo intrapessoal do locutor como uma experiência irremediavelmente subjetiva e impossível de ser transmitida. (BENVENISTE, 2006 [1974], p. 77)

Na sequência desse mesmo texto, porém, Benveniste afirma que tal argumento da intransmissibilidade, próximo à ideia de um solipsismo da experiência subjetiva na linguagem, é falso. Para o linguista, a temporalidade, que é a do locutor “eu” ao se apropriar da língua, “é aceita *sem dificuldade* como sua por meu interlocutor” (BENVENISTE, 2006 [1974], p. 77, grifo nosso). Essa identificação pelo interlocutor é assim aceita, pois aquela temporalidade é a mesma que lhe indica sua fala quando ele, também, se torna locutor.

Ora, para que a experiência subjetiva possa ser transmissível, é necessário que se discuta, também, a representação de um signo de tempo, que seja atualmente aplicado e não outro, tal como a forma de um signo léxico. Nesse sentido, se o tempo linguístico contém a instância do discurso em “potência e o atualiza”, e o presente se torna “axial” apenas por meio do exercício da fala, como garantir que uma enunciação retome o presente a cada vez, como um momento originalmente novo, (BENVENISTE, 2006 [1974], p. 75) e não somente atualize um presente que permanece como o mesmo, em sua representação?

Benveniste identifica, portanto, uma das experiências de atualização da enunciação (e, conseqüentemente, do pronome), com uma única experiência do tempo presente, sem justificar o modo como o segundo representa o primeiro, na medida em que ele deve permanecer como o mesmo, ainda que o linguista negue sua condição de tempo objetivo ou físico. A uma nova atualização do pronome, enquanto ato, não necessariamente corresponde um novo tempo presente, embora esse fator pareça imprescindível, na condição formal de enunciação.

De modo específico, essa reflexão procura trazer ao debate aquilo que Benveniste denomina expressamente de “signos virtuais” (*signes virtuels*) e a instância à qual ele é aplicado. Para Ricœur (s/a [1969]), não se trata de opor a caracterização de um signo léxico a um signo virtual. Para o filósofo, a virtualidade é fator do sistema, não do signo. Obviamente, em um paradigma estrutural, não

considerada como ato singular, daí decorre logicamente sua impossibilidade de constituir um objeto científico. Conforme mostra Todorov, ela será ‘o próprio arquétipo de incognoscível’”.

seria possível considerar o signo individualmente. Contudo, a enunciação, utilizando-se de *um* signo (pronominal), mobiliza a língua em sua totalidade e, nesse sentido, contrapõe-se, enquanto acontecimento, a um sistema a-temporal³. Em suas palavras:

O enunciado ou frase comporta todos os traços que suportam a antinomia da estrutura e do acontecimento; pelas suas próprias características, a frase atesta que essa antinomia não opõe a linguagem a alguma coisa diferente dela própria, mas atravessa em seu centro, no coração da sua efectivação. [...] O discurso tem como modo de presença um acto, a instância de discurso (Benveniste) que, como tal, é da natureza do acontecimento. Falar é um acontecimento actual, um acto transitório que se desvanece. O sistema, pelo contrário, é a-temporal, porque é simplesmente virtual (RICŒUR, s/a [1969], p. 87).

O objetivo geral é refletir sobre como o pronome, enquanto ato do locutor de apropriação da língua, em sua totalidade, poderia ser considerado um ato de atualização, sem que seja responsável por evocar uma mesma “representação”, como ocorre na sua forma léxica ou plena. Essa condição, porém, não consegue se sustentar no instante em que Benveniste, ao propor a relação entre o tempo presente e a enunciação, faz com que essa seja contemporânea à própria formação do tempo presente. A forma de atualização do pronome vincular-se-ia à descrição do tempo presente, quando o linguista propõe que a própria origem do tempo é produzida pela enunciação (BENVENISTE, 2006 [1974], p. 85), sem questionar se a enunciação apenas atualiza o tempo presente, permanecendo assim o mesmo.

Destacar-se-á então, neste trabalho, em um primeiro momento, a concepção de arbitrariedade do signo linguístico e a relação entre a imutabilidade e a mutabilidade do signo (BENVENISTE, 2005 [1966]), para que se possa refletir sobre a presença de “outro” signo que não é atual, mas que permaneceria em sua virtualidade. Em um segundo momento, associando-se a ideia de imutabilidade à de permanência virtual do signo, pretende-se indicar como Benveniste afirma a característica de virtualidade para o signo pleno, negando-a para o pronome pessoal, e como esse interdito não se sustenta no modo como Benveniste justifica sua condição de repetibilidade, ao inseri-lo em um aparelho formal da enunciação.

³ Nesse sentido, Maniglier (2006) aceita a modalidade sistêmica da língua, para explicar que as formas faladas da língua excluem suas formas virtuais. Contudo, retomando a tese saussuriana de que, na língua, tudo é negativo, o autor afirma que aquela exclusão não representa a impossibilidade de se conceber elementos positivos à língua; mas que essa positividade está relacionada com a tese de que uma determinada forma faz parte da língua (ou da experiência da negatividade), e essa não emerge apenas por meio da atividade discursiva, mas também tendo a capacidade de engendrar outras formas.

1. O “outro” signo linguístico virtual, “presente” na arbitrariedade

A tese sobre a arbitrariedade do signo, desenvolvido por Benveniste (2005 [1966]) em “Natureza do signo linguístico” (doravante NSL), não poderia, sem um cuidado teórico, ser estendida ao conceito de pronome pessoal, elemento chave para a compreensão da chamada teoria enunciativa de Benveniste. É necessário ressaltar que a concepção do signo em Saussure (2012 [1916]) não é um ponto de chegada, mas, sim, um ponto de partida para que Benveniste possa ir além de seu aspecto fechado, tal como é estabelecido em “Semiologia da língua” (BENVENISTE, 2006 [1974])⁴.

Benveniste aponta que, não obstante a relação de arbitrariedade entre significante e significado, defendida por Saussure, um elemento referencial entre eles, definido pela ideia de uma mesma “realidade”, permanece. Ao nos defrontarmos com o sentido de “realidade”, proposto por Benveniste, porém, não é possível encontrar tal conceito de modo exato.

Em uma das passagens de seus estudos dedicados às lições introdutórias à metapsicologia freudiana, por exemplo, Garcia-Roza (2004, p. 122) aponta para a falta do termo “realidade” no texto saussuriano, afirmando não ter encontrado “nenhuma passagem em que Saussure afirme que os diferentes significantes se aplicam à mesma *realidade*”. De fato, quando Saussure se vale do termo “realidade”, trata-o apenas para se referir à ausência de qualquer laço entre essa e o significado: “queremos dizer que o significante é *imotivado*, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade” (SAUSSURE, 2012 [1916], p. 109). Contudo, Benveniste (2005 [1966], p. 54) não se remete ao texto saussuriano para retomar um conceito de “realidade”, justamente porque ele o instauraria como equivalente de “coisa”, ainda que, novamente, Benveniste não se detenha em um conceito claro do que seja “coisa”.

Tal suporte referencial, entretanto, é o que permitiria a igualdade de valor entre denominações diferentes na língua. Sobretudo, é o fator que permite conceber aquilo que Benveniste (2005 [1966], p. 56) denomina de “consustancialidade” do significante e do significado, da qual o meio psicológico é a expressão mais imediata e que corresponde apenas ao aspecto fenomênico e não profundo. O que reforça ainda mais os limites formais da língua, como adverte o linguista:

É claro que, com relação a uma mesma realidade, todas as denominações têm igual valor; o fato de que existem é, pois, a prova de que nenhuma delas pode pretender o absoluto da denominação

⁴ Benveniste, nesse texto de múltiplas faces para o desenvolvimento do domínio do semântico em sua abordagem linguística, resalta o hiato existente entre signo e frase, em que essa permite que se investigue o sentido não apenas em seu caráter lógico. Normand (2015) resalta que essa especificidade da frase abriu caminho para o confronto da análise da lógica na linguagem, com os problemas de referência, especialmente no que tange à sui-referencialidade da instância discursiva.

em si. Isso é verdadeiro. Isso é até verdadeiro demais – e, portanto, pouco instrutivo. O verdadeiro problema é muito mais profundo. Consiste em reencontrar a estrutura íntima do fenômeno do qual não se percebe senão a aparência exterior e em descrever a sua relação com o conjunto das manifestações de que depende. (BENVENISTE, 2005 [1966], p. 55)

Para Benveniste, saber se os elementos de uma realidade são substanciais ou não, a ponto de indagarmos se a própria realidade à qual pertencem obedece a qualquer uma das opções, também não tem relevância para o entendimento da característica arbitrária do signo. Benveniste (2005 [1939]) indica que, ao conceber essa “zona” do arbitrário do signo, não se pretende resolver o problema metafísico da relação entre espírito e mundo. Há uma suspensão desse problema para, de certo modo, traduzi-lo provisoriamente em termos linguísticos⁵.

Contudo, segundo a tese de Benveniste, significante e significado não estão compreendidos por uma relação arbitrária, mas necessária – justamente por corresponder a uma mesma realidade subentendida, mas não percebida por Saussure –, e um dos pontos fundamentais dessa avaliação de Benveniste é que a característica de arbitrariedade de um signo define-se pelo fato de ele se aplicar a determinado elemento da realidade e não outro. “O que é arbitrário é que um signo, *mas não outro*, se aplica a determinado elemento da realidade, mas não a outro” (BENVENISTE, 2005, p. 56, grifo nosso).

Em um primeiro momento de análise, o sentido aproximado da expressão “se aplica” (*soit appliqué*), aqui, atribuiria um predicado de contingência, significando que um signo, mas não outro, pode ser aplicado a um elemento da realidade, mas não a outro, por fatores que escapam a toda e qualquer justificativa. Em um segundo momento, porém, a característica arbitrária do signo, mesmo que momentaneamente afaste a linguística de justificar a relação entre signo e realidade, mantém a justificativa da presença de “outro” signo que se colocaria em possibilidade para aplicação a um elemento da realidade, e que possui o mesmo valor. A aplicação de um signo lexical, segundo essa natureza arbitrária e, considerando a presença de outro signo que não é aplicado, se relaciona tanto com o aspecto de imutabilidade, quanto de mutabilidade do signo. Benveniste propõe assim esses dois conceitos:

O arbitrário só existe aqui em relação com o fenômeno ou o objeto material e não intervém na constituição própria do signo. [...] Ele mostra, por exemplo, admiravelmente, que se pode falar ao mesmo tempo da imutabilidade e da mutabilidade do signo: imutabilidade porque, sendo arbitrário, não pode ser discutido em nome de uma

⁵ Benveniste propõe, nesse sentido, um possível prognóstico para o problema: “É, realmente, transposto em termos linguísticos, o problema metafísico da relação entre o espírito e o mundo, problema que o linguista estará, talvez um dia, em condições de abordar com sucesso, mas que no momento fará melhor se o deixar de lado. Propor a relação como arbitrária é para o linguista uma forma de defender-se contra essa questão e também contra a solução que o falante lhe dá instintivamente”. (BENVENISTE, 2005 [1966], p. 57).

norma razoável; mutabilidade, porque, sendo arbitrário, é sempre suscetível de alterar-se. (BENVENISTE, 2005 [1966], p. 57-58)

Benveniste ressalta, então, que há uma concomitância entre mutabilidade e imutabilidade, sem que uma apague ou restrinja o exercício da outra, e que essa relação não se estabelece entre significante e significado (já que o vínculo é necessário), mas entre signo e objeto:

Não é entre o significante e o significado que a relação ao mesmo tempo se modifica e permanece imutável, é entre o signo e o objeto; é, em outras palavras, a motivação objetiva da designação, submetida, como tal, à ação de diversos fatores históricos. O que Saussure demonstra permanece verdadeiro, mas a respeito da significação, não do signo. (BENVENISTE, [1939] 2005, p. 58)

Na relação entre a noção de imutabilidade e de mutabilidade do signo linguístico, haveria uma condição que correlaciona tanto a “aplicação” quanto sua possibilidade de permanecer o mesmo, embora na presença de “outro signo”, onde este, em qualquer outro momento, arbitrariamente, pode ser aplicado. Tanto a possibilidade de permanecer o mesmo, quanto a possibilidade de coexistir com “outro” signo indica uma característica que se pode denominar “virtualidade”.

Um primeiro ponto dessa característica, pensando-se no aspecto da imutabilidade, alude à aplicação de um signo pressupondo que ele permanece virtualmente o mesmo até o momento em que é atualizado. Em um segundo aspecto, contudo, a mutabilidade pode ser antevista hipoteticamente (ainda que fenomenologicamente ou em termos psicanalíticos, como na fantasia, por exemplo) na presença daquele “outro” signo, ainda que este não seja aplicado atualmente a um elemento da realidade, e não outro. A aplicação de um signo, nesse sentido, estará acompanhada de um outro signo que virtualmente poderá ser aplicado, mesmo que este não tenha sido sequer ainda imaginado, intencionado, fantasiado, etc., em sua forma definida, ou mesmo cogitado socialmente.

Quando Benveniste afirma que o que define a arbitrariedade do signo é a aplicação de um signo, e não “outro”, este último não é a negação virtual daquele primeiro. A arbitrariedade do signo não provoca, com isso, a ausência de um outro signo que não se aplica de forma atual. Mesmo que sua aplicação a um elemento da realidade seja arbitrária, isso não inviabiliza a possibilidade de que este “outro” signo seja virtualmente considerado “presente”, pois a virtualidade de consideração de “outro” signo não está, epistemologicamente, atrelada a um dado de positividade da língua. Isto pareceria um truísmo, mas, considerando-se a radicalidade da natureza arbitrária do signo linguístico, a presença deste outro não necessitaria nem ser considerada.

Uma forma de ilustrar a presença desse “outro signo” que acompanha a aplicação de signo, encontrar-se-ia na imagem do irmão gêmeo de Thomas Hobbes, recuperada por Ribeiro (1999, p. 17). O autor retoma uma passagem da autobiografia de Hobbes, quando afirma que: “minha mãe pariu gêmeos, eu e o medo”. O argumento proposto, aqui, é que o medo coexiste com o filósofo desde seu nascimento, permanecendo com esse sentimento, herança de um período de constante iminência de guerra civil, por toda a vida. No momento em que se aplica um signo, “nasce” junto a ele seu “irmão gêmeo”, um signo (ou vários signos) que pode ser ou não aplicado, mas cuja possibilidade de aplicação permanece. A resposta à pergunta sobre qual seria esse “irmão gêmeo” (e por quanto tempo ele permaneceria o mesmo) do signo linguístico permaneceria ainda no campo do arbitrário, mas não prejudicaria sua modalidade virtual.

A figura do “outro” signo, em NSL, com isso, não ocuparia o lugar nem da associação (aplicação de um signo porque outro não se aplica) nem da possibilidade no eixo de sua sucessão discursiva (quando significado é explicado pelo regime sintagmático entre os signos). A consideração desse “outro” signo, que pode ser virtualmente aplicado, não confere o lugar para produzir significado na diferença com o que é efetivamente aplicado; nem sua presença legitima a aplicação de determinado signo em uma função discursiva (que não fosse o pronome). O que se pode reafirmar, por sua vez, é que o fator de arbitrariedade define qual signo será aplicado a um elemento da realidade e não outro, mas aquele “outro” signo é tão atual, ou permanece tão atual, quanto o signo que é aplicado.

2. O virtual e atualização em “A natureza dos pronomes”

A tensão entre o atual e o virtual, e seu vínculo com a realidade, não se apresenta, aqui, em um sentido lato ou geral, mas, sim, atrelada às nuances que Benveniste traz ao caracterizar o pronome pessoal, e que, ainda de modo não totalmente explorado no texto, é denominado de “signos virtuais” (*signes virtuels*). A referência ao virtual aparece em NP de duas maneiras: uma forma denotando a repetição de uma instância referencial em que um nome seja atualizado em um objeto específico (e daí, sua equivalência com o momento de aplicação, já que se trata de signos lexicais), e outra que exclui a virtualidade de aplicação de um signo, sem um parâmetro referencial com relação à realidade de atualização, justificando sua aplicação em uma instância discursiva.

Contudo, em NP, ao apresentar as análises das funções e das características próprias do pronome pessoal, Benveniste (2005 [1966]) ainda

confere ao pronome pessoal a denominação de “signo”⁶, mas não propõe, dentro de uma discussão sobre sua natureza, explicitar se a característica de arbitrariedade do signo pressupõe seu entendimento. No texto em que Benveniste aborda essa diferença, há uma marcação conceitual que adere à caracterização do pronome: enquanto ele é definido como um signo vazio, o outro modo é signo pleno, em que é explicado por possuir uma orientação referencial da realidade.

Flores (2013) retoma a definição de signo vazio, ao recuperar a nomenclatura utilizada por Benveniste, explicando a diferença entre signos vazios e signos plenos a partir, justamente, de seu contraste com a realidade objetiva⁷:

Há *signos vazios* e *signos plenos*. Isso não é evidente em Saussure e é uma formulação própria de Benveniste. [...] Os *signos vazios* não remetem nem à ‘realidade’, nem a posições espacotemporais objetivas. Eles remetem à enunciação, única, que os contém, refletindo, assim, o seu próprio emprego. A definição de signos plenos pode ser obtida por contraste. Portanto, vale retomar, na formulação benvenistiana de *A natureza dos pronomes* os signos se distribuem em dois grupos: *os vazios* e *os plenos*. Benveniste conserva o raciocínio saussuriano — os signos somente podem ser vistos no sistema — e amplia-o para o campo do que viria a ser conhecido como enunciação, uma vez que o traço distintivo dos *signos vazios* é sua referência à instância de discurso. (FLORES, 2013, p. 57-58)

Pode-se perceber que Benveniste manteria um conceito de “realidade” ou instância do discurso fora de qualquer paralelo com o conceito de realidade previsto em NSL. Ou seja, há, aqui, um tratamento sui-referencial ou autorreferencial⁸ do pronome para com a instância do discurso. Nesse sentido, as noções de aplicação em NSL e de atualização ou emprego em NP, embora não homônimos, apresentam-se como correlatas e seriam bem representativas do valor que Benveniste procura imprimir à ação na análise do fenômeno linguístico⁹.

⁶ Nesse sentido, há passagens claras em NP: “A linguagem previne esse perigo instituindo um *signo* único, mas móvel, *eu* que pode ser assumido por todo locutor, com a condição de que ele, cada vez, só remeta à instância do seu próprio discurso” (BENVENISTE, 2005 [1966], p. 281, grifo nosso).

⁷ Essa diferenciação é ainda incorporada pela psicanálise lacaniana, especialmente na justificativa que esta propõe do lugar do sujeito na linguagem, como é referenciado por Gilson Ianni (2013). Agamben (2015) também ressalta essa dessubstancialização do “eu” em Benveniste, na sua dissertação sobre Valéry. Em “O aparelho...”, entretanto, Benveniste (2006 [1974], p. 84) retoma este ponto sobre a referência à realidade, mas agora sob o domínio específico da instância discursiva, ou seja, não objetiva ou substancial, em que a enunciação estabelece certa “relação com o mundo”. Para o linguista, “A referência é parte integrante da enunciação”. Trata-se da referência do locutor a um colocutor, que são instaurados ao mesmo tempo (ainda que de modo assimétrico), em uma espécie de possibilidade de consenso pragmático.

⁸ Flores (2019, p. 101) procurou definir assim a autorreferencialidade da instância discursiva, ligada ao ato enunciativo: “o grande articulador autorreferencial ‘eu’ permitiu à linguística – à chamada linguística da enunciação – falar de uma instância que durante muito tempo fora negligenciada. O ‘eu’ que diz ‘eu’ instaura em relação a si mesmo todo o sistema de referência pessoal, espacial e temporal”.

⁹ Nesse sentido, se a ação na linguagem é pressuposto necessário para se configurar a subjetividade na linguagem, a abordagem enunciativa em Benveniste não significa um salto ou uma virada em sua investigação linguística: “Não há em Benveniste revolução enunciativa; a busca dos traços da subjetividade

São duas as passagens, então, em que Benveniste evoca uma característica virtual para distinguir o signo lexical do signo vazio, em NP. A primeira está contida no momento em que o linguista aborda o modo de emprego de um nome:

Cada instância de emprego de um nome refere-se a uma noção constante e “objetiva”, apta a *permanecer virtual ou a atualizar-se num objeto singular*, e que permanece sempre idêntica na representação que desperta. (BENVENISTE, 2005 [1966], p. 278, grifo nosso)

Virtual, aqui, dirigir-se-ia, em um primeiro lance, a fundamentar a representação repetitiva do “nome” em um objeto particular. No momento em que, nessa instância, o signo lexical é identificado como “nome”, há a designação da particularidade ou da singularidade, próprias de um ser específico, mas que se submetem a um conceito geral do significado do termo. O “nome”, portanto, remete a uma ideia que afirma seu sentido independentemente das características individuais do objeto ou das múltiplas variações subjetivas. O fundamental, aqui, é que o nome possui uma função, qual seja, a de permanecer virtual e poder ser atualizado (e, como se trata de um signo pleno, de “aplicação” também), em um objeto particular, desde que a forma ou instância dessa atualização continue a mesma.

Em *Noms d’agent et noms d’action* (1948), Benveniste apresenta uma divisão, pautada na relação entre uso e possibilidade do nome, entre autor e agente, baseada na diferenciação que possuem em face desse sentido de permanência ou constância:

Igualmente, um aspirador de pó mantém seu nome mesmo que nunca tenha sido usado. É necessário e suficiente que ele esteja destinado a uma função, modelado para uma função, para que o nome de agente se justifique. A diferença entre essas duas classes reproduz resumidamente o que foi estabelecido acima para o indo-europeu¹⁰. (BENVENISTE, 1948, p. 60-61)

Nota-se como Benveniste já aponta para a característica de permanência que o nome provoca, ainda que nunca seja aplicado, ou, pode-se afirmar, ainda que permaneça em virtualidade. O nome, nesse sentido, tem uma função de promover a permanência de um signo lexical, independentemente de seu “uso” ou atualização. A relação nome/objeto-singular permanece a mesma, não por um

nas formas linguísticas está presente desde o início e se teoriza pouco a pouco entre hesitações e afirmações” (NORMAND, 2015, p. 161).

¹⁰ Tradução livre de: “De même un aspirateur garde son nom même s’il n ’a jamais été en usage. Il faut et il suffit qu’on soit destiné à une fonction, modelé en vue d’une fonction, pour que le nom d’agent se justifie. La différence entre ces deux classes reproduit en somme celle qui a été ci-dessus établie pour l’indo-européen”.

possível estatuto de necessidade, tal como é descrita pela relação significado-significante em Benveniste, pois não se trata de uma relação de significação.

Não se trata, nesse sentido, de se discutir somente como a representação do significado do objeto continua a ser a mesma, mas, sobretudo, a forma como a atualização da instância de emprego de um nome faz com que a representação do objeto seja a mesma. A permanência de uma realidade “referencial” (como é pressuposta em NSL) torna-se, no aspecto tratado na passagem acima, um efeito dessa virtualidade. O sentido de permanência virtual se correlacionaria à característica de imutabilidade do signo lexical, cuja existência também é justificada ao se conceber a atualização do signo apenas enquanto possibilidade virtual de atualização.

Prosseguindo na análise proposta, vale a abordagem dada na segunda passagem, que já indica o modo como Benveniste pretende delimitar o âmbito de atuação do pronome pessoal:

Assim, os indicadores eu e tu não podem existir como signos virtuais, não existem a não ser na medida em que são atualizados na instância de discurso, em que marcam para cada uma das suas próprias instâncias o processo de apropriação pelo locutor. [...] Devemos insistir sobre este ponto: a “forma verbal” é solidária da instância individual de discurso quanto ao fato de que é sempre e necessariamente atualizada pelo ato de discurso e em dependência desse ato. Não pode comportar nenhuma forma virtual e “objetiva”. (BENVENISTE, 2005 [1966], p. 281, grifos nossos)

O virtual, aqui, não cumpre a função de regular a permanência do pronome, perante sua atualização. Portanto, a representação de um objeto singular, que permanece virtual até ser atualizada em um objeto singular como sendo a mesma, não se aplica ao pronome¹¹. O que se infere acima, então, é que Benveniste destaca que a função representativa (mas não “objetiva”) do nome, enquanto signo lexical, é o que garante sua atualização, pela possibilidade de permanência. Já para o pronome, essa hipótese é dispensada. O movimento de atualização do pronome pessoal dispensa algo como uma anterioridade ou antecipação virtual de poder repetir-se como o mesmo.

Com isso, ao negar a possibilidade de permanência virtual do signo ao pronome, Benveniste descartaria a possibilidade de um “conceito” para o pronome, mas não esclareceria como se deve representar a repetição do “eu” enquanto ato, na instância discursiva. Ou seja, mesmo que haja, virtualmente, a ideia ou imaginário de que um signo permaneça como o mesmo e, possivelmente,

¹¹ Em “Da subjetividade na linguagem”, Benveniste indica essa impossibilidade de se conceituar, como uma espécie de negação, a possibilidade de nomear o “eu”: “Não há conceito ‘eu’ englobando todos os *eu* que se enunciam a todo instante na boca de todos os locutores, no sentido em que há um conceito ‘árvore’ ao qual se reduzem todos os empregos individuais de *árvore*. O ‘eu’ não denomina pois nenhuma entidade lexical” (BENVENISTE, [1958] 2005, p. 288).

se atualize como pronome, estaria garantido que, desde seu princípio, tal ideal de permanência não pode ser concebido como um pronome, mas como um signo pleno ou nome.

Pode-se inferir disso que, para a compreensão da natureza do pronome, não seria necessário haver a indicação de uma estrutura ou de um “aparelho” que garanta as condições de possibilidade de sua repetição, não obstante aquela atualização, via pronome, seja singular (nenhuma enunciação se repete como idêntica). O que leva às seguintes questões: o que estrutura ou fundamenta a repetição da instância discursiva a partir do pronome, quando não há mais o apelo a essa condição virtual (tal como é estabelecida pelo signo lexical), se não haveria a própria existência do signo vazio fora do tempo presente daquela instância? O ato de atualização se correlaciona imediatamente ao de tempo presente, para se explicar o signo vazio?

3. Repetição e tempo presente na enunciação

Quanto à questão da repetição do signo linguístico, sua função representativa é posta em jogo, por exemplo, quando Derrida (1994 [1967]), em *A voz e o fenômeno*, procurou apontar para essa relação estrutural em sua leitura desconstrutiva do signo em Edmund Husserl (apontando também para sua leitura do problema do signo em Saussure). Alternando de forma rigorosa o comentário e a interpretação, o filósofo franco-argelino problematiza o método da própria fenomenologia husserliana, quando ela suspende os pressupostos dogmáticos de certa tradição representativa da linguagem, mas acaba por reforçá-la, ao utilizar dessa modalidade em seu processo de redução fenomenológica. Nesse sentido, com relação à estrutura de repetição do signo, Derrida alude:

O próprio Husserl nos dá os meios para pensar assim, contra a sua própria posição. Na verdade, quando eu me sirvo, efetivamente, como se diz, de palavras, quer eu faça ou não com fins comunicativos [...], devo, logo de saída, operar (em) uma estrutura de repetição cujo elemento só pode ser representativo. Um signo nunca é uma ocorrência, se ocorrência quer dizer unicidade empírica insubstituível e irreversível. Um signo puramente idiomático não seria um signo [...]. Ele deve permanecer o mesmo e poder ser repetido como tal, apesar e através das deformações que aquilo que se chama ocorrência empírica lhe faz, necessariamente, sofrer. (DERRIDA, 1994 [1967], p. 59)

Não se pretende, neste trabalho, realizar uma interface entre a desconstrução do signo, ressaltando a influência de Husserl na teoria de Benveniste. Aqui, Derrida refere-se ao modelo léxico ou pleno de signo. Contudo, o modelo representativo de repetição do signo vale para qualquer forma de

classificação do mesmo, inclusive para os signos vazios, já que a estrutura repetitiva da representação, indicada acima, não se refere apenas à função do signo “ocupar” o lugar do objeto em sua ausência, de forma referencial, mas, sobretudo, ao modo em que seu sentido seja retomado (ou atualizado) a qualquer momento. “Um signo que só ocorresse ‘uma vez’ não seria um signo” (DERRIDA, 1994 [1967], p. 59).

Em “O aparelho...” (2006 [1974]), Benveniste afirma que a língua, antes da enunciação, é apenas possibilidade. O linguista já se refere, entretanto, ao lugar do pronome em sua função enunciativa. Não há clareza, contudo, se essa possibilidade faz referência já à atualização da língua pela enunciação ou à atualização do que permanece virtual na língua, por meio do signo léxico. Nesse sentido, a condição de mutabilidade de um signo passa da consideração sobre os possíveis efeitos da presença de “outro” signo que não é aplicado para os efeitos que decorrem da atualização do pronome, ou seja, a forma singular e única com que cada enunciação se apresenta como tempo presente.

Em “Da subjetividade...”, por sua vez, Benveniste (2005 [1966]) esboça a única correspondência entre a noção de referência e a de atual para o pronome, reafirmando que o “eu” apenas pode ser identificado na instância de discurso, mas, desde já, não retoma a exclusão ao virtual. Diz o linguista:

A que, então, se refere o *eu*? A algo de muito singular, que é exclusivamente linguístico: *eu* se refere ao ato discursivo individual no qual é pronunciado, e lhe designa o locutor. É um termo que não pode ser identificado a não ser dentro do que, noutro passo, chamamos uma instância de discurso, e que só tem referência atual. A realidade à qual ele remete é a realidade do discurso (BENVENISTE, 2005 [1966], p. 288, grifo nosso).

Mais adiante, no mesmo texto, Benveniste, ao afirmar que os pronomes pessoais são o primeiro ponto em que se revela a subjetividade na linguagem, inclui o domínio dessa subjetividade na expressão temporal do presente. Ao descrever o que denomina “momento eternamente ‘presente’”, Benveniste pretende fixar o entendimento de que só se pode esperar, em cada ato de enunciação, o acontecimento que coincide com o tempo presente. O presente, nesse sentido, se relaciona ao sentido de “acontecimento” justamente para marcar a diferença entre o discurso, autorreferencial em sua instância própria, em face da narrativa sobre o passado ou o futuro, do tempo crônico. Não seria possível, então, narrar o acontecimento discursivo¹²:

¹² Nesse sentido, Coquet acentua a diferença entre o tempo cronológico e o tempo discursivo, aproximando a noção de acontecimento e o presente discursivo: “O tempo do discurso, o ‘tempo linguístico’, não é um tempo que tem seu ‘centro gerador’ situado, ou melhor, inserido ‘no presente da instância da fala’ (PLG II, p. 74). Assim como para o fenomenólogo ‘é sempre no presente que estamos centrados’, também para Benveniste o presente é esse centro na fala associado à ‘presença da pessoa’ (PLG II, 69)” (COQUET, 2013, p. 105).

Sempre, porém, a linha de participação é uma referência ao “presente”. Ora, esse “presente”, por sua vez, tem como referência temporal um dado linguístico: a coincidência do acontecimento descrito com a instância de discurso que o descreve. A marca temporal do presente só pode ser interior ao discurso. [...] Devemos tomar cuidado; não há outro critério nem outra expressão para indicar “o tempo em que se está” senão tomá-lo como “o tempo em que se fala”. *Esse momento eternamente “presente”*, embora não se refira jamais aos mesmos acontecimentos de uma cronologia “objetiva” porque é determinado cada vez pelo locutor para cada uma das instâncias de discurso referidas. (BENVENISTE, 2005 [1966], p. 289, grifo nosso)

Entretanto, a relação estabelecida encontra-se entre a propriedade da língua em distinguir os tempos presente-passado-futuro, mas não entre a “referência atual” e o virtual. Isto conduziria à ideia de que haveria uma pressuposição de exclusividade do tempo presente para referenciar a atualização do pronome. Ao não contrapor a referência entre a atualização e o tempo presente, Benveniste, finalmente, iguala-os formalmente, promovendo a passagem entre uma “realidade” do signo léxico para uma exclusivamente discursiva.

O linguista aponta para essa identidade, quando afirma que a enunciação é a responsável por instaurar a cada vez o presente, de modo *originário* de tempo, inserida já em um contexto de explicação do aparelho formal da enunciação:

Da enunciação procede a instauração da categoria do tempo. *O presente é propriamente a origem do tempo*. Ele é esta presença no mundo que somente o ato de enunciação torna possível, porque, é necessário refletir bem sobre isso, o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o “agora” e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo. [...] O presente formal não faz senão explicitar o presente inerente à enunciação, que se renova a cada produção de discurso, e a partir deste presente contínuo, coextensivo à nossa própria presença, imprime na consciência o sentimento de uma continuidade que denominamos “tempo”; continuidade e temporalidade que se *engendram no presente incessante da enunciação*, que é o presente do próprio ser e que delimita, por referência interna, entre o que vai se tornar presente e o que já não o é mais. (BENVENISTE, 2006 [1974], p. 85-86, grifos nossos)

Se a enunciação marca, a cada vez, a própria origem do tempo, a ela não pertence mais a faculdade de atualização, pois não se pode atualizar aquilo que é, a cada vez, originário. Logo, o que é descrito no aparelho formal da enunciação é uma “presentificação” e não uma atualização do pronome pessoal, ou, melhor uma atualização do sentido do “presente”. Ora, se apenas o pronome pessoal existe no ato de sua atualização, em “O aparelho...” não seria possível ter a certeza de que aquilo que é atualizado é a representação singular do signo “presente” ou o próprio tempo presente. Passa-se a impressão de que o tempo presente,

originário da enunciação, provoca um apagamento da possibilidade de ele poder ser atualizado na língua, antes da própria enunciação descrita em “O aparelho...”. O que poderia ocorrer caso se reivindicasse uma referência extra (instância) discursiva a essa temporalidade.

Se a língua, por outro lado, é apenas possibilidade antes da enunciação, ela não poderia ser possibilidade *menos* o tempo presente, que permanece virtual antes de ser atualizado, como todo sistema de signos léxicos, segundo Benveniste. Quando se abordou, ainda, a presença de “outro signo”, no momento de aplicação do signo, o tempo presente pode ser, *também*, trazido à tona. Essa alternativa (arbitrária) poderia ser excluída, caso se considerasse a condição não virtual do pronome pessoal em NP, mas não quando essa característica é retomada para se propor a existência de um tempo presente permanente, incessante ou “eterno”.

Para se manter, então, a relação implicitamente necessária entre a “atualização” e o “presente”, é preciso que ela se instaure na própria instância discursiva a partir de um referente não exclusivo a ela mesma. Para que essa inserção não se torne aparentemente contingente, no modo como Benveniste quer preservar a exclusividade linguística da instância discursiva, “outro *signo*” que não o pronome deve representá-lo enquanto modo de garantir sua repetição. Nesse caso, é a representação do tempo presente.

A existência do pronome enquanto atualização é, de certo modo, substituída e suplementada pelo tempo presente. Linguisticamente, se há um aparelho formal que proporciona a repetibilidade da enunciação, e para que o signo vazio apenas exista enquanto atualização e não como virtualidade, não seria necessário atrelá-lo à ideia de que o “atual” representa alguma forma temporal do presente. Ou seja, o “atual”, a partir da concepção própria do pronome, não implica que sua atualização signifique uma forma de re-“presentificação” de uma temporalidade que não existia na língua anteriormente à enunciação.

Pode-se perceber que não é apenas o caráter de imutabilidade/mutabilidade, apresentado por Benveniste sob forte influência saussuriana, em NSL, que explica a permanência do signo vazio, mas o de virtualidade. Ainda assim, a definição do pronome, então, não se encontra mais sobre o registro da oposição virtual/atual, tal como é aludida por Benveniste em NP, mas, sim, como um ato que retoma ou renova um presente contínuo. A natureza do pronome pessoal, em detrimento disso, reduzir-se-ia a duas principais faces da virtualidade que foram sugeridas anteriormente: em um plano, ao ser atualizado, tem “origem” juntamente com o pronome enquanto ato que instaure o presente, sem que Benveniste justificasse a original relação linguística entre as formas de se atualizar o signo, nas instâncias de aplicação do signo léxico e na instância discursiva; em outro plano, outros “signos” que também se co-originariam à atualização do pronome, ainda que não se possa considerar sua aplicação (a não ser arbitrariamente), passam a não ser mais virtualmente

considerados, ao se excluir o “tempo presente” na língua, que não é considerada enquanto uma possibilidade, antes da enunciação.

Considerações finais

Para que, então, os processos elencados no aparelho formal da enunciação possam correlacionar a temporalidade própria de um locutor com a de seu receptor, e, por isso, repetíveis enquanto exercendo a mesma função, o pronome deve ser suplementado por “outro” signo, léxico ou pleno. Uma virtualização do pronome que *atue como um nome*, pois sustenta a capacidade de repetição ou de transmissibilidade da função do pronome, sem que aquela correlação locutor-receptor tenha que ser mantida pela própria natureza do signo léxico de se repetir.

O que se pretendeu aqui indicar é como Benveniste anuncia a dificuldade de apreender e de descrever esse fenômeno de emprego da língua, que a afeta em sua totalidade, mas acaba por se utilizar daquilo que exclui enquanto característica própria de pronome, ou seja, não ser um signo virtual que, como o nome, pode se repetir ou permanecer como sendo o mesmo.

Em seu contexto de descrição em um aparelho de enunciação (e que sua condição arbitrária não apareça), é preciso que haja a referência objetiva ao presente, de tal modo que ele possa ser re-“presentificado” como idêntico ao se apropriar a cada vez da língua. A permanência contínua do presente não se sustentaria, com isso, apenas em mais um ato de atualização. Benveniste traz para sua teoria do signo vazio, portanto, um conceito de virtualidade para fundamentar a possibilidade de que esse possa se repetir, enquanto o mesmo ou com a mesma representação e que esta esteja circunscrita a apenas uma, o tempo presente.

Ainda que Benveniste, juntamente com a descrição do aparelho formal da enunciação, pretenda relacionar o fenômeno linguístico da enunciação aos denominados “índices de ostensão” (BENVENISTE, 2006 [1974], p.84), como os dêiticos “aqui” “este” ou “agora”, não haveria qualquer relação, quanto à estrutura de enunciação, entre tais dêiticos e a representação da contínua da permanência tempo presente. Pelo contrário, há uma história filosófica de discussões sobre o tempo presente, que não poderia ser reduzida à afirmação de que os pronomes não podem ser “mal-empregados”, como acentua o próprio Benveniste (2005 [1966], p. 280), ao elencar uma das características do pronome, identificando-os com aqueles “índices de ostensão”.

Seja em “Da subjetividade...” ou em “O aparelho...”, Benveniste anunciaria uma associação imediata entre o sentido de atualização pronominal ao tempo presente, sem se discutir a negação que o linguista faz da virtualidade do pronome, tanto enquanto possibilidade, como de possibilidade de se repetir ou de se representar como o mesmo. Há, nesse sentido, certa incorporação de uma noção que se apresentaria, num primeiro momento, como exclusivamente linguística, qual seja, a forma como a instância discursiva atualiza o ato de apropriação da língua pelo

locutor, correspondente ao ato individual do pronome pessoal. Num segundo momento, porém, o tempo presente passa a representar e referenciar, extra discursivamente, o modo como o pronome é atualizado. ●

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *A potência do pensamento: ensaios e conferências*. Trad. Antônio Guerreiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes, 2005 [1966].
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Trad. Eduardo Guimarães, et al. Campinas: Pontes, 2006 [1974].
- BENVENISTE, Émile. *Noms d'agent et noms d'action en Indo-Européen*. Paris: Adrien-Maisonneuve, 1948.
- COQUET, Jean-Claude. *A busca do sentido: a linguagem em questão*. Trad. Dilson Ferreira Cruz. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- DERRIDA, Jacques. *A voz e o fenômeno: introdução ao problema do signo na fenomenologia de Husserl*. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994 [1967].
- FENOGLIO, Irène. *Émile Benveniste: a gênese de um pensamento*. Brasília: Editora UNB, 2019.
- FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 1996.
- FLORES, Valdir do Nascimento. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.
- FLORES, Valdir do Nascimento. *Problemas gerais de linguística*. Petrópolis: Vozes, 2019.
- GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. *Introdução à metapsicologia freudiana 2*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- IANNI, Gilson. *Estilo e verdade em Jacques Lacan*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- MANIGLIER, Patrice. *La vie énigmatique des signes: Saussure et la naissance du structuralisme*. Paris : Éditions Léo Scheer, 2006.
- NORMAND, Claudine. *Convite à linguística*. Trad. Valdir do Nascimento Flores e Leci Borges Barbisan. São Paulo: Contexto, 2015.
- RIBEIRO, Renato Janine. *Ao leitor sem medo: Hobbes escrevendo contra seu tempo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- RICŒUR, Paul. *O Conflito das interpretações: ensaios de hermenêutica*. Trad. Artur Morão. Porto: Rés-Editora, s/a [1969].
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Trad. Antônio Chelini, et al. São Paulo: Cultrix, 2012 [1916].
- TODOROV, Tzvetan. Émile Benveniste, o destino de um erudito (Posfácio). In: BENVENISTE, Émile. *Últimas aulas no Collège de France (1968-1969)*. Trad. Daniel Costa da Silva et al. São Paulo: UNESP, 2014.

**📄 The virtual, the update and the present time in Émile Benveniste:
a reading about the "void" sign**

👤 GIACOMINI, Marcelo Corrêa

Abstract: This work aims to resume the relationship between the temporality of the discursive instance and the non-virtuality characterization of the personal pronoun, or "void sign", by Émile Benveniste. The main hypothesis is that the personal pronoun, which can only be considered as an update, does not presuppose the representation of the present time, proposed by Benveniste as the original and exclusive form of enunciation. The virtuality of the sign, predicted by Benveniste, becomes a way of explaining the permanence or "eternity" of the present time, given the unique condition of each utterance, which is repeated in the face of every new appropriation of language by the announcer.

Keywords: personal pronoun; virtual sign; void sign; Émile Benveniste.

Como citar este artigo

GIACOMINI, Marcelo Corrêa. O virtual, a atualização e o tempo presente em Émile Benveniste: uma leitura sobre o signo "vazio". *Estudos Semióticos* [online], vol. 18, n. 1. São Paulo, abril de 2022. p. 81-97. Disponível em: <www.revistas.usp.br/esse>. Acesso em: dia/mês/ano.

How to cite this paper

GIACOMINI, Marcelo Corrêa. O virtual, a atualização e o tempo presente em Émile Benveniste: uma leitura sobre o signo "vazio". *Estudos Semióticos* [online], vol. 18.1. São Paulo, April 2022. p. 81-97. Retrieved from: <www.revistas.usp.br/esse>. Accessed: month/day/year.

Data de recebimento do artigo: 08/08/2021.

Data de aprovação do artigo: 06/10/2021.

Este trabalho está disponível sob uma Licença Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0 Internacional.
This work is licensed under a Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0 International License.

